

Por uma sociologia dos museus

*Myrian Sepulveda dos Santos**

Resumo

Este artigo analisa abordagens dos museus contemporâneos identificadas à sociologia da cultura. Teorias sociológicas, entrelaçadas a teses formuladas por autores de outros campos disciplinares, como Antonio Gramsci e Michel Foucault, tiveram profundo impacto sobre a forma pela qual os museus são analisados. Os museus deixaram de ser pensados meramente como instituições que se voltam para a preservação de objetos de arte ou relíquias do passado, passando a integrar o rol de instituições associadas à dominação e ao poder. Procura-se delimitar, em primeiro lugar, as fronteiras entre a sociologia e a antropologia. Em seguida, analisa-se os principais paradigmas deixados pelos clássicos da Sociologia. Nas três últimas sessões será apresentada algumas das abordagens contemporâneas que se destacaram por apresentar abordagens em que as diversas narrativas expostas nos museus são compreendidas a partir de sua relação com contextos políticos e econômicos mais amplos.

Palavras-chave: Sociologia. Estudos Culturais. Museus. Narrativas Coloniais. Dominação.

Introdução

Nas Ciências Sociais o interesse dos antropólogos pelos museus é bem mais antigo do que aquele apresentado pelos sociólogos. No século XIX, os antropólogos acompanharam as expedições científicas e formaram coleções de objetos para representar povos de terras distantes. Desempenharam um papel importante nas teorias que apontavam não só diferenças, mas, infelizmente, também processos evolutivos entre raças humanas¹. A partir de meados do século XX, a antropologia não se encontrava mais atrelada à missão colonialista; seus intelectuais se voltaram para a investigação de suas próprias comunidades e problematizaram a questão da alteridade. De um modo geral, podemos afirmar que os antropólogos, ao deixarem as certezas da antropologia biológica e se voltarem para a cultura, procuraram investigar os processos de construção de significados, valores e visões de mundo que se formam através das interações entre indivíduos. Ao terem os museus como objeto de investigação, os antropólogos têm dado uma grande contribuição ao analisarem os diferentes significados que são atribuídos aos objetos selecionados e expostos.

Diferentemente da antropologia, a sociologia ao se consolidar enquanto disciplina, no início do século XX, preocupou-se muito pouco com as atribuições de significados e valores inerentes às interações cotidianas e individuais, concentrando sua análise na relação entre as interações sociais e o conjunto de instituições políticas, sociais e econômicas presentes na sociedade. Ainda assim, os museus só recentemente se tornaram um objeto de análise relevante. Vejamos as razões a seguir.

Entre os clássicos da sociologia, três autores, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, destacaram-se como fundadores de paradigmas centrais para a disciplina. Procurando compreender estruturas e mudanças sociais, os clássicos da sociologia não deram muita atenção às atividades consideradas de entretenimento ou lazer. Marx preocupou-se com a luta de classes e manteve seu foco de análise nas relações sociais de produção. É importante lembrar que Marx antecedeu a institucionalização da sociologia e que seu propósito

foi formular uma teoria que estivesse a serviço da luta de classes e do fim da exploração do proletariado pela burguesia. Os museus, como outras instituições culturais, fariam parte da superestrutura e não teriam papel determinante nas transformações sociais. Na primeira metade do século XX, marxistas ainda consideravam que práticas culturais e de entretenimento faziam parte apenas de um aparato ideológico capaz de manipular e iludir os trabalhadores². Weber e Durkheim foram responsáveis pela institucionalização da sociologia, formulando os principais paradigmas, respectivamente, da ação e da reprodução social. Os museus, também nestas abordagens, não tiveram lugar de destaque, uma vez que, em ambos os casos, priorizou-se o estudo de práticas culturais como crenças religiosas, associadas a representações coletivas partilhadas e/ou construídas pela maior parte da sociedade. Nos três casos, houve a tentativa de formulação de uma ciência capaz de desvendar o mundo social. O desenvolvimento das lutas entre classes não seguiu o padrão previsto por Marx. Além disso, Durkheim e Weber deixaram para seus seguidores um dilema teórico que diz respeito à relação entre estrutura e ação social: se para o primeiro a cultura, enquanto estrutura estável, teria um efeito coercitivo ou constitutivo sobre práticas sociais, para o segundo seriam os atores sociais, a partir de suas motivações e desejos, os responsáveis pelas construções e transformações culturais.

A partir da década de 1970, os sociólogos procuraram ultrapassar, por um lado, os antagonismos entre ação e estrutura, e, por outro lado, as bases rígidas de cientificidade estabelecidas inicialmente pela disciplina. No último caso, incorporaram novas contribuições para pensar a sociedade, como teorias de linguagem, e associaram às bases teóricas deixadas pelos clássicos, abordagens que se voltavam para as interações individuais, como as deixadas pela Escola de Chicago ou pelo sociólogo alemão Georg Simmel. Com isso, sociólogos passaram a trabalhar cada vez mais de forma interdisciplinar, utilizando abordagens interpretativas para compreender representações sociais e afastando-se do desejo inicial de alcançar a objetividade científica em suas análises³.

É justamente esta corrente da sociologia, bem próxima dos estudos culturais e pós-coloniais, que tomou para si o estudo dos museus, não só a partir de seus valores constituídos, mas também como lugares de poder. Por estudos culturais, compreende-se um grupo de trabalhos fortemente influenciado pelas obras tanto do marxista italiano Antonio Gramsci, como do filósofo francês Michel Foucault. As lutas travadas no campo simbólico para que um determinado pensamento hegemônico se constituísse e as críticas às pretensões científicas do conhecimento acadêmico, relacionando-o às relações de poder existentes, marcaram uma nova forma de pensar os fenômenos sociais a partir da década de 1950, período em que os movimentos anticolonialistas (1948-1979) denunciavam práticas violentas, também no campo simbólico, perpetradas pelos estados nacionais que possuíam colônias na África, Ásia e Oceania. As teses anticolonialistas evidenciaram o poder do conhecimento em estabelecer o racismo como doutrina, influenciando os movimentos por direitos civis nos Estados Unidos e na Europa.

Todas essas novas abordagens modificaram significativamente a forma pela qual os museus eram analisados. O uso das diversas narrativas expostas nos museus passou a ser compreendido a partir de estruturas de poder, processos de institucionalização e de sua relação com contextos políticos e econômicos mais amplos. O museu deixou de ser pensado meramente enquanto uma instituição que se voltava para a preservação de objetos de arte ou relíquias do passado, passando a integrar o rol de instituições responsáveis por formulações garantidoras da estabilidade política dos estados nacionais em suas diversas fases.

Procurando aprofundar abordagens identificadas à sociologia da cultura, procuro, neste artigo, apresentar, em primeiro lugar, as fronteiras entre a sociologia e a antropologia. Em seguida, são analisados os principais paradigmas deixados pelos clássicos da Sociologia. Nas três últimas sessões serão apresentadas algumas das abordagens contemporâneas que se destacaram no estudo dos museus.

Entre a sociologia e a antropologia

Historicamente, a antropologia apresentou uma relação de maior continuidade com o mundo das coleções e da cultura material. Sabemos que as disciplinas acadêmicas se diferenciaram ao longo do século XIX. As abordagens etnográficas estiveram inicialmente muito próximas às abordagens dos naturalistas. Entre meados do século XVIII e primeira metade do século XIX, as grandes viagens científicas ao redor do mundo levavam especialistas que tinham por objetivo comparar as diferentes espécies de vegetais e animais e elaborar novas teorias sobre a origem da vida. Este foi o período de consagração da História Natural. Diversas viagens patrocinadas pelos governantes e sociedades científicas das principais potências europeias foram realizadas com o objetivo de explorar matérias primas que poderiam ser encontradas em colônias situadas na América, África, Ásia ou Oceania. Milhares de exemplares de minérios, como também da flora e fauna desses locais eram enviados para sociedades científicas, gabinetes de história natural vinculados aos diversos governos imperiais e para os grandes museus, como Louvre e Museu Britânico. Os viajantes naturalistas remetiam também para a Europa crânios, esqueletos e artefatos de comunidades ditas primitivas, cujos habitantes passaram a ser classificados cientificamente em categorias intermediárias entre homens e animais. Os museus etnográficos foram criados, em sua maior parte, na segunda metade do século XIX para abrigar esse material. Os objetos de povos não ocidentais e habitantes de terras distantes eram descontextualizados, colocados em caixas de vidro e exibidos para o público europeu, contribuindo para a formação de classificações hierárquicas e raciais entre seres humanos.

Ao longo do século XIX, os museus eram vistos pelo público como construções perenes, quase sagradas, apesar de estarem sendo criados naquele período e de acordo com as disputas políticas da época. As coleções de objetos desempenharam o importante papel de fornecer provas de autenticidade, por um lado, às origens, batalhas, triunfos e glórias de cada nação e, por outro lado, às teses

que eram estabelecidas como bases do conhecimento. Na Europa, os grandes museus nacionais estabeleceram padrões de conhecimento, beleza e comportamento que serviram de modelo não só para os membros de suas nações, como para todas as outras. Rapidamente eles se adaptaram ao discurso linear da História, organizando e classificando acervos diversos de forma evolutiva, do passado até seu presente. Os museus foram importantes instrumentos de propagação do pensamento iluminista e ajudaram a legitimar os diversos movimentos expansionistas e colonialistas europeus.

Na segunda metade do século XX, a antropologia se distanciou dos objetos materiais e dos museus, voltando-se para o estudo de interações e comportamentos sociais encontrados em espaços urbanos. Enquanto os museus se tornavam instituições oficiais e não acadêmicas, a descrição etnográfica, não mais centrada em povos primitivos, passava a ser acompanhada de abordagens teóricas que procuravam definir métodos científicos para o estranhamento da cultura do “outro”, ou seja, daquele que era eleito como objeto do conhecimento.

Contemporaneamente, a partir da influência de trabalhos como os de Foucault, que colocam em questão a pretensão científica do conhecimento a partir das representações, a antropologia passou a problematizar o lugar do sujeito-autor e, conseqüentemente, da construção do “outro”. Os objetos, bem como as palavras, passaram a ser problematizados, contextualizados e compreendidos como parte da produção cultural de indivíduos em interação.

Ao analisar a exposição *Paradise*, em que a cultura material dos residentes do Valley Wahgi foram expostas, no Museu do Homem, em Londres, James Clifford defendeu a possibilidade de representação do “outro”, ou seja, dos Wahgi. Argumentou que, embora os grandes museus tenham uma relação de privilégio histórico e financeiro em relação às pequenas populações que são representadas, bem como interesses econômicos que sempre interferem nesta representação, deveria ser considerado que as operações políticas não são sempre iguais, pois a história não está fechada ao inesperado. Segundo o autor, sempre precisarão ser analisadas as discrepâncias entre os

desejos dos povos representados, os interesses dos intelectuais ou dos idealizadores da exposição e do público em geral. O autor defendeu, portanto, as diferentes dimensões de poder inerentes à tarefa da mediação⁴.

Vemos, portanto, que um grupo importante de antropólogos dedicou-se ao estudo da cultura material e dos museus, afastando-se de uma perspectiva autoritária e colonialista do conhecimento, destacando a influência do pesquisador sobre o objeto pesquisado, e procurando evitar a representação do “outro” de forma abstrata e a-histórica. Para eles, a escrita etnográfica deve se afastar da noção de que haveria um sujeito-absoluto e passar a considerar sua atividade como uma negociação contextualizada e construtiva, envolvendo sujeitos conscientes e politicamente direcionados. A etnografia aproximou-se de uma prática discursiva em que os interlocutores negociam ativamente uma determinada visão da realidade. Na sociologia, um movimento teórico semelhante flexibilizou os caminhos entre ciência e interpretação⁵.

Os fundamentos teóricos da sociologia pelos seus clássicos

Embora os paradigmas fundadores tenham sido modificados em diversos sentidos, estes continuam a colocar as principais questões que norteiam os sociólogos, ou seja, como compreender as ações, reproduções e transformações sociais.

Para Karl Marx e grande parte dos marxistas, a principal tarefa a ser cumprida pelos intelectuais seria a compreensão do conflito entre capital e trabalho, responsável pelo motor da história. As transformações sociais foram analisadas a partir das mudanças nas relações sociais de produção e dos estabelecimentos de modos de produção⁶. A partir dessa perspectiva, museus, bem como outras instituições de educação e cultura, foram compreendidos como resultado das lutas pelo poder travadas entre burguesia e proletariado. Em sociedades capitalistas, todas as instituições de cultura estariam a serviço da dominação dos donos do capital sobre os trabalhadores. Apenas a partir de uma interpretação menos

economicista dos trabalhos de Marx, como aqueles desenvolvidos por autores ligados à Escola de Frankfurt ou à obra de Antonio Gramsci, fenômenos da superestrutura deixaram de ser pensados como reflexos de lutas econômicas e tornaram-se relevantes para a percepção de mudanças sociais. Esses trabalhos tiveram repercussão na segunda metade do século XX. Podemos ainda acrescentar que Marx associou o passado à dominação burguesa e que a preservação de monumentos do passado, como bem explicitado por Walter Benjamin, representava a barbárie⁷.

Na obra de Max Weber, a análise de ações sociais, motivações e ideais assumiu um papel bem mais destacado do que em Marx. Comparando diversas práticas religiosas, Weber procurou associar o sentido inerente a essas práticas, atribuído pelos diversos atores sociais, aos destinos e transformações históricas⁸. A partir da consolidação de uma perspectiva compreensiva e interpretativa nas ciências sociais, Weber influenciou um número grande de sociólogos. Normas e valores foram considerados resultado de uma racionalidade substantiva que surgia a partir da interação entre indivíduos. Seguidores de Weber, preocupados em explicar as transformações históricas e sociais, dedicaram-se fundamentalmente às análises de crenças religiosas e práticas políticas. A ética protestante determinaria, neste sentido, não só uma nova forma de produção e relações econômicas, mas comportamentos diversos relacionados às demais esferas sociais. Práticas culturais, e neste sentido todas as atividades desenvolvidas em torno dos museus, poderiam ser explicadas a partir dos atores sociais, de suas motivações e desejos.

A questão das determinações culturais, presentes em instituições e mesmo nas tradições herdadas, sobre ações e motivações, somente ganhou destaque entre seguidores do Émile Durkheim, fundador da disciplina e conhecido como sendo o teórico responsável por teorias funcionalistas. Para o intelectual francês, sistemas sociais não podem ser deduzidos de ações e motivações; eles são integrados e detêm certa autonomia. Radical em suas formulações positivistas, o sociólogo francês acreditou que os fatos sociais não só independiam da vontade dos indivíduos, como eram capazes

de exercer sobre eles papel coercitivo e formador. Em *Formas Elementares da Vida Religiosa*, lidando com a vida religiosa enquanto uma dimensão independente da cultura, que poderia ser explicada em seus próprios termos, Durkheim estabeleceu a distinção entre o sagrado e profano enquanto parte de uma estrutura formadora de qualquer religião⁹. Seria através dos rituais, que envolvem práticas do corpo e a utilização de símbolos, que os membros da sociedade seriam capazes de partilhar e reproduzir valores coletivos. Segundo Durkheim, a sociedade não poderia criar ou recriar a si própria sem ao mesmo tempo criar uma imagem de si mesma. As construções coletivas não seriam um reflexo de atividades anteriores, mas a condição primeira que permitiria que os indivíduos se pensassem enquanto atores sociais. As sociedades, portanto, mesmo as seculares, deveriam ser pensadas a partir de uma base moral coletiva.

Como pode ser observado os clássicos da sociologia desenvolveram teorias e metodologias associadas às abordagens “macro”, isto é, fatores econômicos, políticos e sociais que atuam sobre os fenômenos sociais. A partir da década de 1970, diversos sociólogos procuraram não só ultrapassar as antinomias entre ação e estrutura, mas também entre abordagens macro e microsociais. Dentre eles, Bourdieu se destacou por relacionar os museus e seus visitantes à formação das hierarquias sociais.

Habitus, campo e capital simbólico em Pierre Bourdieu

Inicialmente publicado em 1966, *L'amour de l'art: les musées d'art européens et leur public*, de Pierre Bourdieu, Alain Darbel, e Schnapper, pode ser considerado um marco para os estudos sociológicos sobre museus. A partir de um *survey* realizado com visitantes de museus de arte europeus, os autores procuram mostrar, em primeiro lugar, que museus e galerias de arte não estão abertos para o público em geral, mas para determinados segmentos da população e, em seguida, que este público utiliza sua expertise sobre obras de arte para melhor se posicionar na hierarquia social. Os museus, portanto, são vistos como instituições que promovem distinção. O argumento

de que o gosto pela arte não se dá naturalmente, mas que deve ser compreendido como uma disposição social que implica na distinção social de alguns, será desenvolvido por Bourdieu, quinze anos mais tarde, em sua obra *Distinction: a social Critique of the judgement of taste*.

Bourdieu desenvolveu três conceitos que se tornaram bastante utilizados por sociólogos: *habitus*, campo e capital simbólico. Por *habitus* podemos compreender um conjunto de disposições inconscientes que determinam gostos e atitudes de um determinado grupo social. Durkheim já havia mostrado que há esquemas classificatórios que são reproduzidos por indivíduos coletivamente. O *habitus* está presente em formas de pensar e agir; ele está inscrito, por exemplo, nas formas de andar, comer e beber. Em um campo social, que representa um espaço constituído por diversos *habitus* e estilos de vida, há uma disputa por elementos simbólicos, também denominados de capital simbólico, que determinarão ganhos e perdas sociais. O poder de um indivíduo, nesse sentido, não está baseado apenas em seu capital econômico. Aquele que tem educação formal tem um capital simbólico que o ajuda a conseguir emprego com maior facilidade e a se inserir de forma diferenciada na hierarquia social. O mesmo acontece com aquele que se educa no campo das artes, da música e de outras manifestações culturais.

Fica evidente, portanto, que o ingresso em um determinado grupo social não está restrito ao poder econômico, pois é necessário que o indivíduo apresente também determinado comportamento para ser aceito pelo grupo. Assim, seja para entrar em clube da elite ou em uma roda de samba, o indivíduo precisa de algum capital cultural. Os museus tradicionalmente têm sido utilizados por setores mais elitizados da sociedade para formação de indivíduos segundo seus interesses, o que não impede que outros setores da população também façam uso dos museus para formação de um capital simbólico e cultural que lhes seja favorável. O trabalho de Bourdieu tornou-se importante porque ele mostrou que grupos sociais estão sempre negociando e procurando impor aos demais certa visão de mundo. Os sistemas simbólicos não são apenas

reproduzidos, eles podem legitimar a dominação de um grupo sobre outro. Sendo assim, Bourdieu não ficou restrito às relações de poder inerentes às estruturas, ele apontou a possibilidade de haver disputas no interior de um campo.

A partir do trabalho não só de Bourdieu, mas de alguns sociólogos que se debruçaram sobre temas como arte e poder, podemos perceber que há uma disputa pela legitimação de determinadas áreas do conhecimento e da cultura¹⁰ O valor da obra de arte, o bom gosto, o paladar refinado, a genialidade do artista, todos são aspectos não só constituídos socialmente, mas capazes de dar poder aos que conseguem legitimar seus produtos culturais como bons ou autênticos. Quem determina qual seria a boa arte, música, moda e assim por diante? Estilos de vida são construídos e essa construção envolve tanto a reprodução de estruturas arcaicas, que podem se tornar um novo capital simbólico, como disputas sobre práticas culturais específicas. Mediadores culturais, como museus, escolas, programas de rádio e televisão, atuam para que a arte que propagam seja aceita e autenticada por determinado público.

Hegemonia e resistência nos estudos pós-coloniais

Na Universidade de Birmingham, Inglaterra, o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) agregou intelectuais que partilhavam uma visão dialética do marxismo, em que a superestrutura era considerada não apenas um campo em que disputas ocorriam, mas um elemento determinante na luta entre classes. Além da influência de intelectuais da Escola de Frankfurt, que apontaram a “superestrutura” como principal elemento de dominação em sociedades contemporâneas (Adorno & Horkheimer 1979), foram fundamentais os escritos deixados por Antonio Gramsci sobre a importância da cultura no combate ao Estado (Gramsci 2006).

Por um lado, a noção de dominação deixou de ser associada apenas às relações produtivas, e, por outro lado, ela também se afastou da ideia de dominação total e alienação. As análises de diversos

autores do CCCS, como Richard Hoggart, Edward P. Thompson e Raymond Williams, sobre a cultura das classes operárias, tornaram-se referência. Para os autores, as classes trabalhadoras não eram vazias de conteúdo cultural, uma *tabula rasa* em que outros valores e atitudes poderiam se fixar. A sua cultura, embora não tivesse a coerência, a unidade e a autoridade de outras práticas culturais, era tão densa e complexa como aquelas das classes mais favorecidas. A procura do significado das práticas culturais nelas próprias, bem como nos diferentes modos de vida de outros grupos sociais orientou grande parte da produção acadêmica do período.

Antonio Gramsci elaborou uma análise bem mais complexa das relações entre base e superestrutura do que aquelas encontradas entre os demais marxistas. Dando como exemplo a influência exercida pela Igreja Católica sobre a população italiana, o intelectual e militante italiano desenvolveu conceitos – como hegemonia cultural, bloco hegemônico, sociedade civil e aparelhos de Estado –, que se disseminaram e foram apropriados por novos estudos sobre temas tão diversos como classe trabalhadora, partidos políticos, intelectuais, cultura popular, sociedade civil, educação, identidade e memória. Uma classe exerceria seu controle sobre outra a partir não só do aparato repressivo do Estado, mas também a partir de um conjunto de instituições, entre elas o sistema educacional, as instituições religiosas e os meios de comunicação, capazes de difundir seus valores para os demais segmentos da sociedade. Gramsci propôs a formação de um bloco histórico que fosse capaz de resistir à hegemonia cultural imposta pelos aparelhos do Estado. Seu estudo sobre a importância dos intelectuais na organização de práticas sociais tornou-se um marco.

Os estudos de Gramsci ajudaram na desconstrução das visões de mundo impostas pelos países imperialistas a suas colônias. Por estudos culturais, compreende-se uma gama muito grande de abordagens, as quais apresentam, contudo, algumas características comuns. Os estudos culturais surgiram na segunda metade do século XX compartilhando abordagens interdisciplinares e a crítica à separação entre conhecimento e poder; substituíram em grande

parte as abordagens estritamente disciplinares à cultura. Além da influência de Gramsci, que pioneiramente desconstruiu a separação entre cultura e poder, os escritos de Michel Foucault também foram amplamente utilizados. Além disso, os processos de descolonização e movimentos por direitos civis e antirracistas, surgidos após o término da II Grande Guerra, também influenciaram estudos que passaram a apontar como formas de conhecimento e modos de pensar estavam vinculados a práticas violentas.

Sobre Michel Foucault, podemos dizer que nos anos 1960, seu trabalho já era conhecido pela crítica que o filósofo fazia aos discursos científicos que tinham como pretensão revelar a verdade¹¹. Em trabalhos posteriores, principalmente aqueles voltados para a análise da sexualidade, Foucault enfatizou a associação entre poder e conhecimento, radicalizando seu pensamento com a afirmativa de que não havia uma realidade anterior a textos, ideias e linguagens, pois nada mais existia além das narrativas. Deixava de ser importante distinguir o real de seus imaginários, a essência da aparência, uma vez que as representações não eram consideradas reflexos de um mundo real. Ao contrário, símbolos e significados culturais foram descritos a partir de seu papel ativo na construção da realidade. A obra de Foucault teve um grande impacto nas diversas disciplinas das ciências humanas. Seus estudos, marcados pelo questionamento ao sujeito do conhecimento, à concepção linear de tempo e à procura da verdade, impulsionaram um leque importante de análises. Depois de Foucault, ciência e controle passaram a ser analisados em conjunto e, nas ciências sociais, tanto as reduções sociológicas como a fala por outros em nome de valores universais perderam suas auras de cientificidade.

Edward Said, professor de Inglês e Literatura Comparada, publicou, em 1978, o livro *Orientalismo*, que constitui o marco inicial dos estudos pós-coloniais. O autor, influenciado pelas teses tanto de Gramsci como de Foucault, descreveu minuciosamente a obsessão Ocidental com o exótico, deixando evidente que os países imperialistas construíram uma identidade para suas colônias que não as favorecia. Said denunciou a homogeneização e banalização

de sociedades que possuíam culturas complexas e milenares, como a indiana, e mostrou como essas visões de mundo implicavam em um sistema de dominação. Contemporaneamente, embora o conceito de imperialismo seja empregado algumas vezes, autores pós-coloniais não estão preocupados em denunciar um sentido único na dominação, mas ressaltar a multiplicidade de narrativas responsáveis pela forma em que grupos sociais têm se estruturado e criado hierarquias que se mantêm até o presente¹².

A denúncia de que narrativas implicam em poder e dominação foi rapidamente associada aos museus, cujos discursos estavam fortemente apoiados na exaltação dos estados nacionais e de seus heróis. Um conjunto considerável de autores passou a analisar a forte relação existente entre a formação dos estados nacionais e a constituição dos grandes museus nacionais. Os museus, contudo, transformaram-se, acompanhando a crise dos estados nacionais e os processos de globalização da economia¹³.

Um trabalho que se destaca na análise da formação dos museus brasileiros é sem dúvida o do museólogo e poeta, Mario Chagas. O objetivo central de sua obra é compreender a intervenção de três intelectuais de destaque na vida social e política do país, Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, na construção de museus. Estão associados as suas iniciativas, respectivamente, o Museu Histórico Nacional, o Museu do Homem e do Nordeste e o Museu do Índio. Três pensadores, todos consagrados pelas Ciências Sociais, contribuíram para a constituição de coleções que devem ser lidas como parte de suas narrativas e como a intervenção de cada um deles no cenário da nação. Para Chagas, contudo, a coleta de um acervo no interior de uma instituição, seja a de um catador de pregos, seja a de ideólogos da nação, representa a reinvenção do objeto num campo aberto de possibilidades. Os museus são vistos através de narrativas e práticas sociais em que imaginação poética e práxis política se entrelaçam¹⁴.

Na década de 1990, diversos sociólogos diagnosticaram uma nova etapa do capitalismo caracterizada por uma revolução científica e tecnológica trazida pelos novos meios de comunicação

e informação; pelo fortalecimento da circulação de mercados e capitais financeiros ao redor do globo; pelo enfraquecimento, ou, pelo menos, mudança de papel dos estados nacionais; e por novos quadros sociais e mentais dos indivíduos e coletividades. Esse novo momento histórico, caracterizado também pela pluralização das identidades sociais e por um tempo fragmentado e não linear, obteve diferentes denominações¹⁵. Coube, então, à sociologia, compreender as transformações ocorridas tendo como referência mudanças mais gerais que ocorriam nas sociedades contemporâneas. Os museus que foram criados concomitantemente à criação dos estados nacionais, a partir do século XIX, estiveram associados à preservação de objetos do passado. Mas o que acontece com conceitos como autenticidade e tradição quando ocorre uma hibridização cultural crescente, resultado da transnacionalização das indústrias e de migrações massivas?

Pós-modernidade, estudos culturais e museus

Alguns estudos influenciados, entre outros, pelo trabalho de Foucault, radicalizaram suas análises sobre o que chamaram de mundo pós-moderno e diagnosticaram de forma trágica o fim de uma série de conceitos que caracterizavam a modernidade, como autor, história, verdade e arte. Os museus, instituições modernas, foram denunciados como templos do saber constituídos para possibilitar o controle do comportamento pelo poder disciplinar. Analisando detalhadamente a constituição dos museus a partir do século XIX, o intelectual australiano procurou mostrar como as exposições eram apresentadas por um grupo associado às elites nacionais e capaz de difundir um comportamento civilizado para um público menos sofisticado. O autor denuncia ainda os usos da teoria evolucionista de Darwin pela formação de uma crença da superioridade racional dos europeus. Os museus foram analisados como parte de uma cultura dominante (Bennett 1995).

Embora as críticas realizadas por Bennett, entre outros, sejam pertinentes e tenham apontado mecanismos de controle importantes

utilizados por alguns setores da população, as transformações mais recentes ocorridas nos museus mostram que este controle não é absoluto. Andreas Huyssen, professor de literatura comparada nos Estados Unidos, escreveu um livro sobre as transformações ocorridas nos museus nas últimas décadas, muitas vezes acusados de estarem a serviço da produção de espetáculo e entretenimento de massa, perdendo densidade artística e cultural¹⁶. De lugar de preservação da cultura de elite, os museus passaram a ser um meio de comunicação de massa, atendendo as expectativas de um público ávido por novas experiências. Os museus são analisados como parte de um processo de transformação de sociedades modernas, em que diversas práticas culturais passaram a obedecer a lógica do mercado em uma economia que se tornou globalizada. Apesar de crítico tanto das indústrias culturais como da perda de sentido da história, em um mundo que se orienta pelo que está presente e ocorre de forma imediata, o autor procurou analisar os pontos positivos e negativos associados às novas práticas desenvolvidas pelos museus.

Da mesma forma que Adorno e Horkheimer, Huyssen apontou aspectos negativos nas mudanças contemporâneas, caracterizadas por fluxos de mudança e rapidez, como a predominância do mercado e da superficialidade em contraposição às abordagens mais profundas e reflexivas. Contudo, lembrando de certa forma as ponderações feitas por Walter Benjamin em *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica*, quando este último aponta paralelamente à perda da aura, a politização da arte, Huyssen valoriza o processo de inclusão social em que a autonomia da estética e a objetividade científica são questionadas¹⁷. Segundo Huyssen, a democratização do acesso aos museus, que incorpora segmentos da população anteriormente excluídos, veio acompanhada da valorização da *performance* e do movimento em detrimento da sacralização dos objetos. Na nova política cultural, os curadores deixam de priorizar o acervo, pois são também empresários, diretores artísticos e atores políticos. As exposições permanentes precisaram ser renovadas periodicamente aproximando-se da ideia de exposição temporária,

ao mesmo tempo em que coleções temporárias ganharam fixidez a partir de vídeos e catálogos mais ágeis. A proposta de selecionar, preservar e divulgar um acervo permanente foi substituída pela ideia de colocar coleções em movimento não só em exposições no interior do museu, como ao redor do globo.

Huyssen relacionou os novos museus a uma nova percepção de tempo e novamente levantou aspectos positivos e negativos nesse processo. O novo interesse pelos museus pode ser compreendido a partir de uma série de práticas que se tornaram mais populares a partir dos anos 1980, como restaurações históricas de centros urbanos, feiras de antiguidades, ondas de nostalgia e literatura confessional ou autobiográfica. Em todos esses casos, as práticas preservacionistas ocorrem em espaços híbridos, que contêm aspectos tanto das feiras populares como das lojas de departamento. A disciplina imposta pelas antigas instituições culturais deu lugar a espaços abertos em que manifestações diversas se tornaram possíveis. O passado perde importância enquanto fonte de conhecimento e experiência e dá lugar a novas expectativas, que são atendidas pela *mise-en-scène* do presente em que a cultura do cotidiano e o espetáculo são valorizados. De todo modo, há um questionamento às narrativas sobre o passado, que são denunciadas por fazerem parte de estratégias políticas de uma elite anterior. A história, enquanto conhecimento sobre o passado, torna-se palco de disputas e nela são recuperados antigos silêncios e narrativas, capazes de dar novo sentido a eventos passados.

Huyssen apresenta os museus como parte do processo de modernização, da economia de mercado e das novas políticas culturais. Nesse sentido, embora a instituição seja responsável pela legitimação ideológica do capitalismo e pela comodificação da arte, ele se tornou também palco de disputas em que, por um lado, novos atores procuram dar novos sentidos à preservação do passado e, por outro lado, o público, fugindo das manipulações existentes, é capaz de dar novos significados ao que é apresentado. Ainda, segundo o autor, a cultura material resiste ao processo de desmaterialização ao exercer fascínio e a singularidade dos museus seria justamente

guardar objetos que estão separados de suas funções utilitárias originais, garantindo o seu estranhamento e a produção de uma nova experiência perceptiva do distanciamento temporal.

Huyssen tem como objeto os museus que foram criados na Europa e nos Estados Unidos nos últimos dois séculos. No que diz respeito aos museus latino-americanos, destaca-se a análise de Néstor Garcia Canclini. O autor, nascido na Argentina, radicou-se no México e teve seu doutorado pela Universidade de Paris X. Seus trabalhos sobre cultura urbana são referências para estudiosos de diversas áreas disciplinares. Ao analisar o público de programas televisivos, questionou a separação rígida entre consumidores e cidadãos tornando ambas as categorias mais complexas. Para Adorno e Horkheimer a indústria cultural transformava a cultura em uma relação de troca, esvaziando-a de qualquer conteúdo. Eles foram radicais ao afirmarem que o mercado visa lucro e é insensível às qualidades substantivas de um produto cultural. Canclini, contudo, não só apontou o crescimento do mercado que passa a determinar o valor de produtos antes restritos a círculos próprios, como questionou o poder do mercado de destruir por completo os códigos culturais de suas mercadorias.

Em *Culturas Híbridas*, Canclini descreveu as manifestações culturais observadas na América Latina como sendo heterogêneas ou híbridas, fugindo de dicotomias consagradas como aquelas que separam cultura erudita de cultura popular¹⁸ A modernização tardia ou incompleta seria responsável por um processo maior de hibridização em que o local e global, o arcaico e o moderno se mesclam. Comunidades locais estariam submetidas às novas tecnologias e sua produção cultural seria tão moderna como aquelas produzidas nas metrópoles. A separação rígida de campos artísticos ou do conhecimento seria impossível, uma vez que a arte, o artesanato, as narrativas da história e outros setores do conhecimento estariam em contato com as inovações da era da comunicação.

Em *Moderna Tradição Brasileira*, o sociólogo Renato Ortiz já havia traçado uma análise sobre as especificidades de uma sociedade

periférica na modernidade, ressaltando que no Brasil, diferentemente de outros países europeus, não se observara a formação de esferas autônomas da cultura no mesmo período. Literatura, cinema, teatro, televisão e outras práticas culturais dependeram da burocracia estatal para sobreviver. Com o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, a partir dos anos 1960 e 1970, estabeleceu-se no Brasil um mercado de bens culturais, com expansão da produção, distribuição e consumo. Em *Mundialização e Cultura*, o sociólogo destaca a importância das novas tecnologias em diversas esferas sociais, como economia, política e mídia e da expansão de um mercado globalizado. A esse processo econômico e social, Ortiz associou a ideia de que determinados hábitos e costumes, entre eles aqueles produzidos por empresas norte-americanas de *fast-food*, seriam difundidos em escala mundial¹⁹.

Conclusão

Para os sociólogos é importante pensar os museus como parte de um mundo em que as fronteiras nacionais são atravessadas por mercados financeiros e comerciais, contribuindo para o estabelecimento de identidades transnacionais e diásporas. Na era digital as reproduções ocuparam o espaço da cultura e a autenticidade perdeu valor. Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: o que acontece quando um museu recebe milhões de visitantes ou, ainda, quando a obra de um *scholar* como Humberto Eco se torna um produto do mercado, alcançando mais de 5 milhões de leitores? Como analisar a massificação de códigos eruditos?

Os museus se multiplicaram e diversificaram seus papéis. Apesar de todo processo de formação de mercados globais, a disputa pelo controle de elementos simbólicos ainda ocorre entre as respectivas soberanias nacionais. Movimentos culturais na Grécia e no Egito continuam a reivindicar o retorno respectivamente dos mármores do Parthenon e da Pedra de Rosetta. Por sua vez, nas diversas nações, as políticas culturais tornaram-se mais sensíveis às diferenças. No interior de cada nação, as chamadas guerras culturais

continuam. Os povos nativos dos Estados Unidos conquistaram há algumas décadas o direito de explorar comercialmente seu legado cultural. No Brasil, favelas e bairros periféricos lutam pela construção de seus museus e pontos de memória. Se é verdade que o processo de modernização diminuiu as esferas autônomas que encerram a distinção entre as diversas faces da cultura, como o culto e o popular, por exemplo, é também verdade que essas esferas não foram eliminadas. Contemporaneamente, cabe aos sociólogos analisar a multiplicidade de embates culturais, compreendendo que a diferença constituída não implica na imposição totalitárias, pois são muitos os entre-lugares, e que as iniciativas de resistência local, muitas vezes legitimadas pelos museus, hoje atuam de forma performática e estratégica sem necessidade de acenarem para argumentos essencialistas.

Notas

* Pesquisadora e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Theory, Culture and Society Center, da Nottingham Trent University. Myrian Sepúlveda dos Santos é autora de livros e artigos que constituem para os pesquisadores do campo dos museus, do patrimônio e da memória social referências indispensáveis.

1 Há um número muito grande de antropólogos escrevendo sobre o início da prática etnográfica, a relevância da cultura material e sua relação com os museus. Os textos que abriram o debate e que continuam sendo referência na área são aqueles presentes na coletânea organizada por George W. Stocking Jr. (1985). Ver ainda sobre o tema: Schwarcz 1989, 1993; Clifford 1988.

2 Ver, nesse sentido, a crítica radical à indústria cultural desenvolvida pelos diversos autores ligados à Escola de Frankfurt. A obra que se tornou referência é *Dialética do Iluminismo* (Adorno & Horkheimer 1979).

3 Sobre a tentativa da sociologia de superar, por um lado, as antinomias entre ação e estrutura, e, por outro lado, entre abordagens macro e microsociais, ver Santos 2002.

4 Clifford 1997: 147-167.

5 Entre os brasileiros, destacaram-se os trabalhos de Reginaldo Santos Gonçalves (1996) e Regina Abreu (1996).

6 Ver, nesse sentido, o trabalho mais divulgado de Marx, *O Manifesto do Partido Comunista* (1996).

7 É bem conhecida a passagem de Walter Benjamin, em que ele associa monumentos à cultura dos dominadores e da barbárie (Benjamin 1968). Sobre a relação dos clássicos com o passado, ver Santos 2013.

8 Ver *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Weber 1976).

9 Durkheim 1984.

10 Dois trabalhos tornaram-se referência para sociólogos que analisam artistas e obras de arte: Becker 1982 e Mozart 1993. Este último foi escrito após a morte do autor, com base em aulas e apontamentos.

11 Foucault 1966.

12 Para uma análise geral de teorias pós-coloniais e sua crítica ao eurocentrismo, ver Santos 2007.

- 13 Dois trabalhos desenvolvidos na década de 1990 se destacam nesse sentido: Gillis 1994; Boswell & Evans (Ed.) 1999.
14 Chagas 2009.
15 Ver, entre outros, os conceitos de modernidade tardia e reflexiva (Beck, Giddens & Lash 1994), mundialização da cultura (Ortiz 1994), sociedade em rede (Castells 1999), e pós-modernidade (Harvey 1989).
16 Ver Huyssen 1995.
17 *Sobre a perda da aura*, ver Benjamin, 1968a.
18 Os dois livros citados de Canclini são, respectivamente, *Consumidores e Cidadãos* (1995) e *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (1997).
19 Ortiz 1988, 1994.

Referências

Abreu, Regina. 1996. *A Fabricação do Imortal*. Rio de Janeiro: LAPA: Rocco.

Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. 1979. *The Dialectic of Enlightenment*. Londres: Verso.

Beck, Ulrich, Anthony Giddens & Scott Lash. 1994. *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press.

Becker, Howard. 1982. *Art Worlds*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1982.

Benjamin, Walter. 1968. "Thesis on the Philosophy of History". In *Illuminations*, ed. Hannah Arendt: pp.253-64. Nova Iorque: Harcourt Brace & World.

Benjamin, Walter. 1968a. "The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction". In *Illuminations*, ed. Hannah Arendt: 217-252. Nova Iorque: Harcourt Brace & World.

Bennett, Tony. 1995. *The Birth of The Museum: History, Theory, Politics*. London, New York: Routledge.

Boswell, David & Jessica Evans (eds.). 1999. *Representing the Nation: A Reader. Histories, Heritage and Museums*. Londres: Routledge.

Bourdieu, Pierre & Alain Darbel. 1969. *L'amour de l'art: Le musée et son public*. Paris, Editions de Minuit.

- Bourdieu, Pierre. 1984. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge: Harvard University Press.
- Canclini, Néstor Garcia. 1995. *Consumidores e cidadãos*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Canclini, Néstor Garcia. 1997. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- Castells, Manuel. 1999. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Chagas, Mario. 2009. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram.
- Clifford, James. 1988. *The Predicament of Culture: Twentieth Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Clifford, James. 1997. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Durkheim, Émile. 1984. *As regras elementares do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Elias, Norbert. 1993. *Mozart: Portrait of a Genius*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.
- Foucault, Michel. 1966. *Les Mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Editions Gallimard.
- Gillis, John R (ed.). 1994. *Commemorations: The Politics of National Identity*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Gonçalves, Reginaldo Santos. 1996. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN.
- Gramsci, Antonio. 2006. *Cadernos do Cárcere vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Harvey, David. 1989. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Social Change*. Oxford: Blackwell.

Huyssen, Andreas. 1995. *Twilight memories: marking time in a culture of amnesia*. Nova York, Routledge.

Marx, Karl e Engels, Friedrich. 1996. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes.

Ortiz, Renato. 1988. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Ortiz, Renato. 1994. *Mundialização da Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Said, Edward. 1978. *Orientalism*. Nova Iorque: Pantheon Books.

Santos, Myrian Sepúlveda dos. "Cultura, Globalização e Crítica Social". In Silva, J. P., Santos, M.S., & Rodrigues, I. J. *Crítica Contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 15-35

Santos, Myrian Sepúlveda. 2007. Eurocentrismo e Identidade In: *Por Uma Sociologia do Século XX*. São Paulo: Annablume, p. 51-72.

Santos, Myrian Sepúlveda. 2013. "Memória coletiva, trauma e cultura: um debate". *Revista USP*, v. 98, p.51 – 70.

Schwarcz, Lilia Moritz. 1989. "O Nascimento dos Museus Brasileiros". In Miceli, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP.

Schwarcz, Lilia Moritz. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Stocking Jr., George W. 1985. "Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture". In G.W. Stocking Jr. (org.), *History of Antropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, vol. 3.

Weber, Max. 1976. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Londres: George Alien & Unwin Ltd.

Recebido em 24 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 28 de março de 2014.

Abstract

In this article, I analyze the approaches of my contemporaries identified to the Sociology of Culture. Sociological theories, interwoven to theses formulated by authors from other disciplinary fields, such as Antonio Gramsci and Michel Foucault, have had a deep impact on the ways by which museums are analyzed. Museums have ceased to be thought of merely as institutions dedicated to the preservation of objects of art or relics from the past, and now integrate the array of institutions associated with domination and power. I seek to delimit, in first place, the boundaries between Sociology and Anthropology. Next, I analyze the main paradigms left by Sociology classics. On the last sections I focus on contemporary perspectives distinguished by presenting approaches in which the diverse narratives exhibited in museums are understood from the standpoint of their relation with wider political and economic contexts.

Keywords: Sociology. Cultural Studies. Museums. Colonial Narratives. Domination.